

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA CIDADE DE PELOTAS – RS: O QUE A ESCOLA FARÁ COM A BASE?

SAMANTHA DE SOUZA GUTERRES¹; VALDELAINE DA ROSA MENDES².

¹Universidade Federal de Pelotas-FaE-UFPEl – samantha.guterres@outlook.com

²Universidade federal de Pelotas-FaE-UFPEl – valdelainemendes@outlook.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo compõe o processo de discussão e reflexão de uma dissertação de mestrado, em estágio inicial, vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), tendo como objeto de estudo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A proposta de uma BNCC vem causando uma série de discussões no campo da educação. A BNCC surge como uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e de três das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996):

A Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. (BRASIL, 2017).

De acordo com o portal da BNCC, MEC (2017), a Base Nacional Comum Curricular “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Já em processo de implementação, a BNCC, será um guia para o que acontecerá nas salas de aula em todo território nacional.

No entanto, desde sua divulgação em 2015, os posicionamentos frente a Base são diversos. Segundo VEIGA (2015), “a construção da Base Nacional Comum traz impactos para o planejamento das escolas, a formação inicial dos docentes, o sistema de avaliação e os materiais didáticos, configurando-se como um espaço de disputa com diferentes interpretações”.

Embora a BNCC já esteja posta, e em processo de implementação, ainda há diversas críticas com relação a sua elaboração e as possíveis dificuldades para a efetização da mesma. Partindo desse ponto, este estudo

buscará analisar e discutir o processo de implementação da BNCC em uma escola municipal de ensino fundamental na cidade de Pelotas RS, pois entende-se que discussões acerca desta fase, nos trazem subsídios para que possamos refletir sobre este processo e não apenas reproduzi-lo, considerando que o currículo escolar é um determinante para formação dos alunos como futuros cidadãos dentro da nossa sociedade.

2. METODOLOGIA

Tendo em vista a classificação das pesquisas elaboradas por GIL (2002), este estudo caracteriza-se por ser descritivo de caráter exploratório, visando à descrição detalhada de determinado fenômeno procurando explicar como acontece na realidade. A pesquisa descritiva objetiva “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 2002, p.42).

A população será composta por professores e equipe diretiva e coordenativa de uma escola de Ensino Fundamental da cidade de Pelotas – RS. Os instrumentos para coleta de dados serão elaborados exclusivamente para atender os objetivos da pesquisa e contarão com: questionário para obter o perfil dos Professores; entrevista semiestruturada; diário de registro.

Para a análise e interpretação dos dados serão utilizados os procedimentos da “análise de conteúdo” propostos por BARDIN (2004) e discutidos por GOMES (2009). GOMES (2009, p.42) apresenta quatro procedimentos para a análise e interpretação dos dados em pesquisas qualitativas: categorização, descrição, inferência e interpretação. Para tanto, o autor propõe que, em primeiro lugar, seja decomposto o material a ser analisado em partes; em seguida que sejam distribuídas estas partes em categorias; a seguir, que sejam realizadas inferências dos resultados e, finalmente, seja realizado “a interpretação dos resultados obtidos com o auxílio da fundamentação teórica adotada”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta de uma Base Nacional Comum Curricular vem causando uma série de discussões no campo da educação.

A partir de uma primeira busca acerca de como está ocorrendo a primeira fase do processo de implementação, já pode se notar certa fragilidade no que se refere a formação continuada dos professores, limitando-se basicamente aos encontros dos dias “D”. De acordo com o portal MEC (2018), o dia “D” é um dia onde as escolas devem estudar, conhecer e discutir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contanto com atividades de apresentações informativas, buscando o engajamento dos profissionais da educação em todo o processo de concretização do currículo comum, sendo abordadas, principalmente, as mudanças provenientes da BNCC. Para FREITAS (2018), os dias “D”, são uma tentativa de captação em grande escala dos professores para o seu projeto da BNCC. Para mais, o autor assevera que existem muitas razões para que este papel coadjuvante, como ele descreve, não seja aceito.

A BNCC proposta não terá a função de “orientar” a educação nacional, como seria de se esperar, mas sim de *padronizar* competências, habilidades e conteúdos de norte a sul, determinando o que as escolas devem ensinar e quando. Ela foi equivocadamente fixada como obrigatória e não como uma referência, a partir da qual os Estados pudessem construir as suas próprias bases curriculares. (FREITAS, 2018).

Além desta razão, existem muitas outras, trazidas em diversos estudos demonstrando insatisfação, principalmente quanto a produção de materiais, alinhamento as avaliações de larga escala, disputas empresariais, interferência na formação inicial de professores, além da perda de autonomia dos docentes, que possivelmente passarão a seguir uma “receita de bolo”.

Nesse sentido, considerando o que foi citado aqui, este estudo terá segmento em sua próxima fase, no interior de uma escola municipal para analisar “o que a escola fará com a Base?”, de modo a refletir não só sobre como ocorrerá a implementação, como também, como a escola, bem como os atores pertencentes a este âmbito, estão se apropriando dessa nova política educacional.

4. CONCLUSÕES

O levantamento na literatura realizado até o momento sobre a BNCC, que inclui dados desde sua elaboração até o atual momento, nos permitem compreender melhor todo esse processo, trazendo elementos importantes para a reflexão de possíveis lacunas encontradas durante a pesquisa no interior da

escola. Além disso, esta primeira análise, nos possibilita considerar, que ao menos nesta fase inicial, muitos anseios encontrados na literatura, inclusive antes da implementação da Base, sobre incoerências para sua concretização no campo escolar, estão caminhando em direção à efetivarem-se, essencialmente pela aparente ausência de uma compreensão mais sólida sobre a BNCC na área da educação básica, ocasionada possivelmente pela carência de uma formação continuada mais reflexiva, crítica e efetiva sobre o tema.

Espera-se obter com os próximos dados desta pesquisa elementos que possibilitem maiores considerações sobre a BNCC, a fim de que possíveis obstáculos possam receber devida atenção e reflexão, para que deste modo, possam ser superados. Para além, espera-se que este estudo futuramente possa contribuir para outras discussões e estudos acerca da BNCC e suas implicações no campo educacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Ed., São Paulo, Atlas, 2002.
- VEIGA, João Marcos. **Base Nacional Comum: currículo para a educação básica em disputa**. Anped, 2015. Acesso em 24 de outubro de 2018. Disponível em: <http://anped.org.br/news/base-nacional-comum-curriculo-para-educacao-basica-em-disputa>.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Básica**. MEC, 2018. Acesso em 14 de setembro de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/66921-escolas-se-mobilizam-para-o-dia-d-da-base-nacional-comum-curricular>.
- BRASIL, Ministério da educação. **Educação Básica**. MEC. 2018. Acesso em 13 setembro de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211noticias/218175739/61161-em-sao-paulo-ministro-participa-do-dia-d-de-discussao-da-base-nacional-comum-curricular>.
- FREITAS, Luiz Carlos. **Dia D da BNCC: 12 razões para não ser coadjuvante**. Blog do freitas, 2018. Acesso em 13 de setembro de 2019. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/05/dia-d-da-bncc-12-raoes-para-nao-ser-coadjuvante/>.